O ALUNO COM AUTISMO NA ESCOLA U.E.B MARIA JÚLIA BARROS DE BRITO.

Miriam Lopes Lima Bezerra

RESUMO

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, utilizando estudo de caso teve por objetivo observar as intervenções da escola no processo de escolarização de um aluno com transtornos globais do desenvolvimento (TGD), neste caso, sendo específico, o autismo. Este processo, contou com a participação da comunidade escolar, entrevista com a mãe do aluno, aplicação de questionários na U. E.B. Maria Júlia Barros de Brito na cidade de Sucupira do Norte-MA, afim de perceber como se dá o processo de ensino aprendizagem do aluno autista neste ambiente .Tendo como apoio teórico, adotou a cooperação dos seguintes autores: Baptista (2002), Bosa(2002) e Vasques(2013), respectivamente. A pesquisa buscou investigar, as questões relacionadas à educação do aluno autista no contexto da escola e como ocorre o processo de inclusão.

Palavras - chave: inclusão, autismo, deficiência, escolarização

SUMMARY

This research, of a qualitative nature, using a case study aimed to observe the school's interventions in the schooling process of a student with pervasive developmental disorders (TGD), in this case, being specific, autism. This process included the participation of the school community, interviews with the student's mother, application of questionnaires at U. E.B. Maria Júlia Barros de Brito in the city of Sucupira do

Norte-MA, in order to understand how the student's teaching-learning process takes place. autistic in this environment. Having theoretical support, it adopted the cooperation of the following authors: Baptista (2002), Bosa (2002) and Vasques (2013), respectively. The research sought to investigate issues related to the education of autistic students in the school context and how the inclusion process occurs.
Keywords: inclusion, autism, disability, schooling.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar no Brasil, situa-se hoje num bom momento considerando toda trajetória percorrida até a implementação das políticas públicas hoje em vigor e as discussões mais embasadas que acontecem atualmente de forma recorrente. O processo de inclusão é abordado no presente estudo. O retrato atual do cotidiano escolar, as ferramentas utilizadas para que de fato os educandos sejam tratados da mesma maneira, cada um com a sua diferença, o quão os educadores hoje estão ou não preparados para lidar com este tipo de proposta, porque hoje este é um grande desafio, tendo em vista que mesmo com alguns anos de implementação da inclusão nas escolas, os professores trazem a ideia de que não tem preparo e formação para ensinar estes tipos de alunos, já que os alunos com deficiência sempre foram encaminhados para os professores especializados da área, em classes especiais, tendo o diferencial e sendo assim classificados como profissionais aptos a fazê-los aprender.

Na tentativa de entender um pouco mais sobre o autismo, síndrome considerada, ainda, um desafio, por muitos estudiosos, encontramos uma série de aspectos e/ou características marcantes e que, de certo modo, podem, inclusive, auxiliar no entendimento dela.

A pessoa com essa síndrome pode levar uma vida normal, mesmo diante de dificuldades e limitações, ao que se refere a uma vida social familiar correspondente a sua necessidade. Partindo desse ponto, nos dias de hoje, na perspectiva da escola inclusiva, é possível observar que há uma quantidade relativamente significativa de alunos matriculados nas escolas comuns que apresentam quadros de autismo.

Nesse sentido, procuramos compreender o autismo e o aluno autista na escola. De maneira geral sabemos das dificuldades que os sujeitos autistas encontram ao se relacionar com as pessoas, em diferentes âmbitos sociais, dentre eles, a escola. Com a intenção de compreendermos o autismo assim como o aluno, resolvemos investigar sobre como a criança com autismo se desenvolve no meio escolar.

O acesso das crianças autistas à educação é um direito garantido. A Constituição Federal do Brasil de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, além de outros documentos legais asseguram esses direitos. Contudo, é sabido, que esses direitos, no que diz respeito à escola, precisam ganhar ações pedagógicas capazes de favorecer a inclusão escolar.

O nosso estudo está sustentado na Legislação Nacional sobre os direitos da pessoa com deficiência. Além da Constituição Federal do Brasil (1988) e da LDB (1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da 11 Educação Especial Inclusiva, do Ministério da Educação (MEC, 2008), também sustenta esta pesquisa.

Dessa forma, o objetivo do estudo é pesquisar como acontece a Educação Inclusiva de um aluno autista no cotidiano do ensino regular da Educação Infantil no município de Sucupira do Norte e o envolvimento da instituição escolar neste processo. São relatadas as intervenções realizadas pela educadora no cotidiano da sala de aula de ensino regular, a atuação da escola neste processo inclusivo com o apoio do

Atendimento Educacional Especializado, a relação dos pais do aluno público-alvo de educação especial com a escola.

OBJETIVO GERAL

- Viabilizar o desenvolvimento do individuo com Transtorno do Espectro do Autismo, no que diz respeito às suas habilidades especiais, subjetivas, cognitivas e sociais e aperfeiçoar a sua relação com o mundo.

OBJETIVOS ESPERCÍFICOS

- Analisar como a comunidade escolar está sendo preparada para a inclusão do aluno autista;
- Descrever as características do transtorno do espectro autista;
- Verificar as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar para contribuir com o desenvolvimento dos alunos autistas.

ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Castro (2009) escreve que a trajetória da pessoa com deficiência é de preconceito e descaso. Por muito tempo essas pessoas eram excluídas da sociedade sob várias alegações. Apenas em 1850 duas instituições escolares foram oficialmente organizadas para o atendimento a surdos e cegos, ligados, provavelmente, pelo vínculo familiar e poder político, ou seja, só tinham acesso à educação quem tinha poder aquisitivo. Para esses, o acesso era garantido. Januzzi (1985) afirma que com a Constituição Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) esses debates foram se intensificando.

A Declaração de Salamanca, em 1994, de acordo com a autora veio fortalecer os debates e embates em torno da Educação Especial e do Atendimento Educacional Especializado, o que presenciamos até os dias de hoje. O surgimento da Educação Especial no Brasil é diretamente relacionado aos movimentos históricos que aconteciam na Europa (MENDES, 2006). A França se destaca como país pioneiro nas iniciativas voltadas aos direitos das pessoas com deficiência. Depois dela, vem os países como Estados Unidos e Canadá que influenciaram o movimento inclusivo brasileiro, o que Mendes (2006) chama de "modismo importado".

Segundo a autora, o Brasil incorporou três semelhanças desses países: 1) na dicotomia entre educação inclusiva versos inclusão total; 2) na interpretação errônea de que a educação é algo exclusivo da população tradicional da educação especial e não do conjunto dos excluídos sociais; 3) a definição da política de educação para crianças e jovens com deficiência na influência de juristas. Mendes (2006) aponta a ilegitimidade do movimento inclusivo no Brasil e considera que o movimento inclusivo "teria mais sucesso se tivesse como lastro uma história própria de conquistas" (p.401).

Diversos eventos históricos marcaram a história da educação especial e devem ser considerados como ponto de partida para compreensão da trajetória dinâmica estabelecida. Contudo, é importante considerar que, sob alguns aspectos, a história do 14 movimento inclusivo no Brasil nasce dos movimentos contra a história de exclusão que marca a história do povo brasileiro. Desses movimentos, inclusive, nascem as instituições especiais. As escolas especiais e classes especiais foram criadas para substituir o ensino comum.

Determina essa organização um atendimento clínico terapêutico e testes psicométricos, que definem por meio de diagnóstico, as práticas escolares para alunos com deficiência (JANUZZI 2006). Ao buscarmos a história da Educação Especial no

Brasil encontramos, no texto de Januzzi (2006), afirmações de que o atendimento às pessoas com deficiência tem início na época do Império com criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos cegos, em 1854, atual instituto Benjamin Constant (IBC) e o instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da educação dos Surdos (INES), ambos do Rio de Janeiro. No século XX, em 1926, fora criado, o Instituto Pestalozzi, especializado no atendimento de pessoas com deficiência mental. Em 1945, foi criado o primeiro atendimento especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. Em 1954, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

O Atendimento Educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61 criada em 1961. Aponta o direito dos "excepcionais" à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Com a Lei nº 5.692/71, criada em 1971, altera a LDBEN, de 1961, ao definir "tratamento especial" para alunos com "deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrículas e superdotadas".

AUTISMO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

O autismo é tema de vários debates e exige investigação constante pois, por mais que tenhamos contribuições na área, ainda não se tem, ao certo, uma forma precisa de diagnóstico e a proposição da forma mais adequada de intervenção. Segundo a Associação de Amigos do Autista (AMA), embora inúmeras pesquisas ainda venham sendo desenvolvidas para definirmos o que seja o autismo, desde a primeira descrição feita por Kanner em 1943, existe um consenso em torno do entendimento de que o que

caracteriza o autismo são aspectos observáveis que indicam déficits na comunicação e na interação social, além de comportamentos repetitivos e áreas restritas de interesse.

Essas características, conforme a AMA, estão presentes antes dos 3 anos de idade, e atingem 0,6% da população, sendo quatro vezes mais comuns em meninos do que em meninas. De acordo com a AMA, a noção de espectro do autismo foi descrita por Lorna Wing em 1988, e sugere que as características do autismo variam de acordo com o desenvolvimento cognitivo; assim, em um extremo, temos os quadros de autismo associados à deficiência intelectual grave, sem o desenvolvimento da 18 linguagem, com padrões repetitivos simples e bem marcados de comportamento e déficit importante na interação social, e no extremo oposto, quadros de autismo, chamados de Síndrome de Asperger, sem deficiência intelectual, sem atraso significativo na linguagem, com interação social peculiar e bizarra, e sem movimentos repetitivos tão evidentes.

As primeiras publicações sobre o autismo surgiram na década de 1940, no século XX, quando Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944) forneceram relatos pautados nos casos que acompanhavam e suas respectivas suposições teóricas, até então desconhecidas. Kanner, psiquiatra austríaco, foi selecionado pelos diretores de psiquiatria e de pediatria da Escola de Medicina da Universidade Johns Hopkins, para desenvolver o primeiro serviço de psiquiatria infantil em um hospital pediátrico.

Ele se tornou professor associado de psiquiatria da Johns Hopkins Hospital em 1953 sendo elevado a professor de psiquiatria infantil em 1957. Descreveu, a partir de suas pesquisas, os casos de onze crianças que tinham em comum "um isolamento extremo desde o início da vida e um desejo obsessivo pela preservação da mesmice", denominando-as de "autistas". Kanner (1943) apurou nas crianças que atendia a falta de habilidade no relacionamento interpessoal que se distinguia das outras patologias como a esquizofrenia: "o distúrbio fundamental mais surpreendente, 'patognômico', é a

incapacidade dessas crianças de estabelecer relações de maneira normal com as pessoas e situações desde o princípio de suas vidas". (p. 242).

Kanner diz que “tal comprometimento fazia-se evidenciar pela dificuldade em adotar uma atitude antecipatória que assinalasse ao adulto a vontade de ser pego no colo" (p. 23). Relatou que a criança recusava tudo o que vinha do exterior.

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO AUTISTA

Para a escola, a educação inclusiva é um desafio; assim como para o professor, que é agente dessa ação. Em “Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção”, obra organizada por Claudio Roberto Baptista e Cleonice Bosa, (2002), essas questões aparecem.

O fato é que o ensinante possui agora uma tarefa que lhe surge como um desafio. Vamos então chamar o aprendente que chega para a inclusão de novo aprendente e o que já faz parte da sala de aula de aprendente antigo. (BAPTISTA; BOSA, 2002).

Conforme esses autores, a complexidade desse desafio suscita no ensinante uma angústia que se faz ouvir imediatamente por meio de uma queixa tríplice: que posso fazer? que devo fazer? e que posso esperar? Uma das formas de tentar responder a essas perguntas é se colocar diante da necessidade de conhecer esse sujeito. Identificar suas habilidades, oferecer um ensino que destaque as suas potencialidades, conforme prevê a legislação brasileira, o que pode se dar, inclusive, por meio do seu diagnóstico clínico, mas, sobretudo, pedagógico.

Para que ocorra o diagnóstico é de total importância que o ensinante esteja apto para recebê-lo, já que mudará toda a rotina da classe com a chegada deste novo aluno que necessita de processos de intervenção ainda mais frequente assim como, também, de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Isso, sem dúvida, exigirá do professor postura e conhecimentos específicos para atender esse aluno. Por essa razão, se faz necessária uma avaliação que produza conhecimento que o auxilie no trabalho com esse novo aprendente. Para que isso ocorra de forma eficiente é importante a presença e participação de outros profissionais de várias áreas para permitir a melhor possibilidade de intervenção com esse aluno.

METODOLOGIAS, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.

Durante a pesquisa foi importante observar a importância do brincar no ensino tanto dos alunos público-alvo da educação especial, quanto dos ditos normais, ideia essa que é corroborada por Falkenbach EMF (1987), que afirma que a iniciativa do brincar também é um exercício de estímulo que precisa partir dos educadores. Ajudar o educando a brincar, é desenvolver a iniciativa e confiança, que são características essenciais para a aprendizagem da criança.

A cuidadora durante a pesquisa afirma que é importante manter o diálogo com o aluno, ao invés de simplesmente tirá-lo do contexto da brincadeira, o que é reforçado pelo pensamento de Bosa C (2002) o ato de isolar as crianças com autismo decorre da incompreensão do que está sendo pedido. Em muitos episódios, essa medida foi usada para não interagir, o que desencadeou rupturas nas possibilidades de interação social.

Essa barreira na comunicação prejudica as interações, as práticas pedagógicas e em todos os meios onde essa criança se encontra inserida. Quando se fala em

escolarização, é preciso levar em consideração que existem educandos com diferentes desenvolvimentos e, assim, com tempos diferentes para alcançarem certos conhecimentos e habilidades, gerando a necessidade de se estabelecer estratégias pedagógicas para atender a essa diversidade e garantir a escolarização (BRAUN P; MARIN M, 2013) ou seja, evidenciando as diferenças que podem acontecer diante da aquisição de conhecimento mediada pela escola.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que busca conhecer aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. Conforme Sanches e Minayo (1993), esse tipo de pesquisa é utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação, ou seja, é uma pesquisa indutiva, onde o pesquisador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados, ao invés de coletar dados para comprovar teorias, hipóteses e modelos preconcebidos.

Quanto à coleta de dados, utilizamo-nos de observações e entrevistas, com registros nos diários de campo, na análise de documentos (projeto político pedagógico) e na aplicação de questionários para os professores e pedagogos da escola. A nossa pesquisa de campo foi realizada numa escola municipal de na modalidade Educação Infantil-Creche em Sucupira do Norte -MA, onde atende crianças na faixa etária de 1 a 3 anos e 11 meses de idade . A escola funciona em dois turnos, matutino e vespertino.

Interrogamo-nos acerca da qualidade do processo de desenvolvimento cognitivo dos alunos, de modo 25 gerais, e dos alunos com deficiência, de maneira particular. Isso nos inquietou especialmente por saber que a escola atende cerca de 08 alunos com deficiência. Ao analisarmos o projeto pedagógico (PP) da escola,

constatamos que a questão da inclusão escolar é abordada por ele. O aluno por nós observado é deficiente do Espectro Autista (TEA).

Tem 3 anos de idade e está matriculado no maternal II, no turno matutino da escola pesquisada. A partir de nossas observações, realizadas no período de 9 a 13 de outubro de 2023, no ambiente escolar, traçamos o perfil do aluno. No que diz respeito ao seu processo de autonomia, constatamos, durante observações de comportamentos simples, que o aluno não consegue realizar sozinho suas necessidades básicas.

Também fora observado seu agir na escola. Gosta muito de colo, carinho, está sempre fazendo gestos repetitivos. Demonstra enorme interesse por carros e bolas. Atividades que exploram isso têm a atenção do aluno. Essas preferências, segundo a pedagoga, foram despertadas em função de uma família numerosa, pois ele convive com os pais a irmã e os avós.

O aluno observado era muito ligado a sua irmã Isso, conforme a pedagoga, fazia com que o relacionamento com os demais colegas ficasse mais complicado e acabava por atrapalhar o desenvolvimento dos dois. No que diz respeito às atividades pedagógicas e o processo de interação na sala de aula, percebemos que o aluno tem uma rotina rigorosa e se ela não for “cumprida” demonstra um enorme desconforto.

Notamos que apresenta dificuldade de concentração. Sua permanência na sala de aula é reduzida, se considerar o tempo de permanência dos demais alunos em classe, pelo fato de não gostar de barulhos. Suas atividades são breves e, em sua maioria, se resumem a pintar carros e folhear revistas que contenham essas figuras que chamam sua atenção. Ele consegue identificar cores, objetos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos com a presente pesquisa que a educação inclusiva na sala de aula regular dessa escola é presente, a professora regente junto a cuidadora, trabalham com um mesmo objetivo, ampliar ao máximo o desenvolvimento do aluno, o tratando como igual dentro de suas limitações. É muito explorado o aprendizado de forma lúdica, com canções, contação de histórias e atividades que envolvam o imaginário. É possível perceber a evolução diária dele diante dessa inclusão.

A proposta de inclusão do aluno autista no ensino comum nos remete a diferentes reflexões. A primeira delas chama a atenção, sim, para o sistema de ensino e, evidentemente, para as políticas educacionais relacionadas, especificamente, à educação do autista na escola regular. A formação do professor, de sala de aula comum, para a educação numa perspectiva inclusiva, considerando a escolarização do autista, ainda é um desafio enorme tanto para o professor quanto para a escola.

O papel do professor do atendimento educacional especializado (AEE) precisa ser ressignificado nessa conjuntura. Assim como o papel da família, ambos precisam assumir-se colaborativos no processo de escolarização do aluno autista. As práticas pedagógicas, evidentemente, precisam ser desenvolvidas de maneira articulada. As intenções educativas para com esse alunado não podem se restringir à elaboração técnica do projeto político pedagógico. Precisam se assumir, de fato, na prática pedagógica.

O desafio da perspectiva inclusiva na educação está colocado. Agora, precisamos trabalhar na garantia desse direito na escola, na sala de aula. Isso exige trabalho conjunto.

REFERÊNCIAS

AIELLO ALR. *Família inclusiva*. In: PALHARES, M.S e MARINS, S.C.F. Educação Inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

APURANDO O OLHAR PARA A VIGILÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. [Playlist de vídeos do Youtube]. Disponível em: . Acesso em 23 mar. 2021.

AUTISMO E REALIDADE, 2021 [homepage]. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/>. Acesso em 23 fev. 2021.

BAPTISTA, C. R, BOSA, C. (org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas. Porto Alegre:Mediação, 2006.

BAPTISTA, CLAUDIO ROBERTO; BOSA, CLEONICE. *Autismo e Educação*: Reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre:Artmed,2002.

BOSA C. *Autismo:* Atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. Autismo e Educação: reflexão e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. *Caderneta da Criança*: Menina – Passaporte da cidadania. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. *Cadernos de Atenção Básica (nº 23)* - Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p. ISBN 978-85-334-2290-2

Carla. K. Vasques; Claudio Roberto Baptista. Transtornos Globais do Desenvolvimento e Escolarização: o conhecimento em perspectiva. Porto Alegre, 2014.

Cleonice A. Bosa. *Psicologia:* Reflexão e Crítica, 2001, 14(2), pp. 281-287 Carla K. VASQUES; Simone MOSCHEN; Roselene GURSKI; Entre o texto e avida: Porto Alegre, 2013.

Emilene Coco dos Santos; Ivone Martins de Oliveira. *TRABALHO PEDAGÓGICO E AUTISMO*: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. Vitória, 2009.

MARTINS, A. D. F. *Crianças autistas em situação de brincadeira:* apontamentos para as práticas educativas. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009.

Ministério da Educação e Secretaria de Educação especial. *A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades / Superdotação*: Distrito Federal, 2007.